



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA Nº 18/2014

REUNIÃO ORDINÁRIA DE

09/10/2014

“Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e catorze, nesta Vila de Mira e sala de reuniões da Câmara Municipal, reuniu esta, sob a direção do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, estando presentes os Vereadores Senhores Dr. João Maria Ribeiro Reigota, Nelson Teixeira Maltez, Dr. Luis Miguel dos Santos Grego, Dr^a. Dulce Helena Ramos Cainé, Prof^a. Maria da Graça Santos Domingues e Dr. José Carlos Baptista Garrucho.-----

-----Presentes também, a Técnica Superior Dr.^a Liliana Mafalda Valente da Cruz, da Divisão Administrativa e Financeira, o Chefe de Divisão das Obras Municipais, Eng^o. Rui Manuel Reixa da Cruz Silva e o Chefe da Divisão de Proteção Civil, Planeamento, Ordenamento e Ambiente, Dr. Ângelo Manuel Morais Lopes. -----

-----Aprovação da ata da reunião ordinária de 12 de agosto de 2014: -----

----- Foi posta à aprovação a ata da reunião ordinária realizada a 12 de agosto de 2014, tendo sido dispensada a sua leitura, pelo facto do respetivo texto ter sido disponibilizado na plataforma “Arquivo” em 07 de outubro de 2014.-----

----- A referida ata foi aprovada por maioria, com uma abstenção, por parte do Sr. Vereador Dr. José Carlos Garrucho e com seis votos a favor, do Sr. Presidente da Câmara e Vereadores Srs. Dr. João Maria Reigota, Nelson Maltez, Dr. Luis Miguel Grego, Dr^a. Dulce Cainé e Prof^a. Maria da Graça Domingues.-----

----- FINANÇAS MUNICIPAIS: -----

----- Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 192 de 08/10/2014, com um saldo orçamental de 345.208,89 € (trezentos e quarenta e cinco mil, duzentos e oito euros e oitenta e nove cêntimos). -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

----- O Sr. Presidente da Câmara interveio e reportou-se à questão do IMI para apresentar um pedido de desculpas por parte do Executivo a que presidia, relativamente ao lapso que tinha sucedido. Afirmou que se tinha apercebido do erro após a realização da reunião, que se tratava de um lapso, porquanto todo o teor da proposta se direcionava inequivocamente para a manutenção das taxas de IMI aplicadas no ano anterior. Todavia, tinha-se lavrado num erro, o qual tinha sido reconhecido, designadamente na sessão da Assembleia Municipal, que tinha



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

aprovado, por unanimidade, alterar a proposta e votar uma nova proposta, com novas taxas, iguais às do ano anterior. -----

----- Seguidamente, convidou todos a estarem presentes na cerimónia de atribuição de medalhas de mérito a desportistas do concelho, que teria lugar naquele salão nobre, no dia seguinte, assim como também para uma outra cerimónia de comemoração dos 100 anos da 1ª. Grande Guerra, no próximo dia 19 de outubro, pelas 15:30h.-----

----- O Sr. Vereador Dr. Garrucho perguntou se tinha sido solicitada alguma resenha histórica daquilo que tinha sido a participação dos militares Portugueses na 1ª. Grande Guerra.-----

----- A Sr. Vereador Drª. Dulce disse que não, que o evento estava a ser preparado em articulação com a Liga dos Combatentes da Grande Guerra, a qual não tinha solicitado qualquer informação.-----

----- O Sr. Vereador Dr. Garrucho disse que os militares Portugueses tinham passado por situações inimagináveis num exército de um país Europeu, durante a 1ª. Guerra Mundial, por muitas privações e um completo abandono, por parte da sua Pátria, tendo chegado até a serem alimentados pelos exércitos amigos, pelo que era seu entendimento que as comemorações deviam ser feitas, mas devia ser também feita a contextualização histórica em que as tropas Portuguesas tinham estado no teatro de guerra. -----

----- A Srª. Vereadora Drª. Dulce reafirmou que a iniciativa não era da Câmara Municipal, mas sim da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, que tinha entregue um guião com as orientação sobre a cerimónia, pelo que não sabia se seria possível inserir mais alguma informação, a menos que fosse integrada no discurso que iria ser proferido pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

----- O Sr. Vereador Dr. João Reigota interveio e, sobre as comemorações dos 100 anos da Grande Guerra, disse que era um assunto demasiado importante para se cingir a simples comemorações, tinha havido muita gente de Mira no combate, designadamente na batalha de La Lys, em 9 de abril de 1918, a mais sangüinária de todas, em que, em cerca de quatro horas, milhares de Portugueses tinham sucumbido, perante o ataque Alemão. Enalteceu o sacrifício e a coragem feita pelos militares que a todos devia servir de exemplo e, dado que também tinham morrido alguns Mirenses



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

naquela Guerra, assim como também em África, afirmou que era muito importante a comemoração, mas que não era verdade que as tropas Portuguesas tivessem sido abandonadas, simplesmente a capacidade militar era muito reduzida, assim como também a capacidade política para Portugal se impor perante as grandes potências.---

----- Disse que concordava com a realização do evento, dada a importância que o tema revestia e concordava também com a ideia que tinha sido ali lançada para que fosse dada mais e melhor informação e todas as explicações sobre o assunto que era muito grato a todos. -----

----- A seguir, solicitou informação sobre as questões da Educação e até que ponto a perturbação em termos nacionais se tinha refletido a nível do Concelho de Mira.-----

----- Perguntou também se existia alguma evolução relativamente às questões locais no âmbito da Justiça. -----

----- Sobre o orçamento participativo, perguntou se já tinham sido dados alguns passos para a elaboração do projeto vencedor e se existia alguma perspectiva de financiamento para, no futuro, se executar a obra. -----

----- Relativamente ao IMI, disse que, a partir do momento em que o Sr. Presidente tinha assumido o erro e tinha apresentado ali o seu pedido de desculpas, nada mais tinha a dizer sobre isso.-----

----- O Sr. Vereador Dr. Garrucho, a propósito do pedido de desculpas apresentado pelo Sr. Presidente, disse que, muito mais do que isso, era importante que fosse feito um trabalho sério, de retaguarda, cauteloso e profundo, porquanto trazer propostas à reunião de Câmara sem antes terem sido suficientemente trabalhadas, criava uma situação de constrangimento ao Executivo, o que era lamentável, fazia com que o Sr. Presidente, com a frontalidade que lhe era reconhecida, tivesse que assumir a responsabilidade pelo desalinho, mas pensava que, muito mais do que pedir desculpas, era importante evitá-las e corrigi-las. Todos podiam errar, mas todos deviam fazer todos os esforços para não errar.-----

----- No tocante à questão do orçamento participativo, disse que o regulamento continha algumas fragilidades, no processo de organização e de controle do ato de sufrágio das propostas candidatas e, nesse sentido, apresentou uma proposta ao Executivo, do seguinte teor: -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- “O Orçamento Participativo é um instrumento de dinamização do desenvolvimento local assente na participação dos cidadãos e sujeito ao escrutínio destes. É um meio expedito de resolução de problemas de interesse local e ajuda a construir e desenvolver um sentimento de pertença e posse dos bens materiais e imateriais coletivos. -----

----- O orçamento participativo assenta num regulamento aprovado pelos órgãos autárquicos e apoiado em instrumentos de validação eleitoral assente no princípio democrático de voto livremente expresso e correspondente a um voto por cidadão.-----

----- O regulamento do orçamento participativo determinou que o processo de votação deveria ocorrer em sessões de voto presencial e/ou em voto eletrónico expresso através da internet.-----

----- Se é seguro que o voto presencial respeitou a condição de voto validamente expresso a que corresponde um cidadão eleitor que expressa a sua vontade uma vez e só uma vez, não pode o mesmo ser assegurado para o voto eletrónico, nos termos e pelo processo que foi usado na votação dos projetos candidatos ao orçamento, nesta edição do corrente ano.-----

----- Deste modo e porque nos parece evidente e por demais óbvio que:-----

----- a) Uma percentagem demasiado elevada dos votos foi não presencial, isto é, foi expresso por via eletrónica;-----

----- b) Uma vez que o processo de validação do eleitor na votação eletrónica não é completamente seguro e não garante a fidelidade da identidade do mesmo; -----

----- c) Uma vez que uma parte significativa de votantes foi validado pelo processo eletrónico e não pelo processo de escrutínio direto e presencial; -----

----- d) Porque é imperioso que a legitimidade e validade democrática estejam completamente asseguradas num processo desta natureza, em que nenhuma dúvida subsista;-----

----- Pelas razões apontadas e para salvaguarda da verdade eleitoral proponho que o executivo municipal delibere:-----

----- 1. A anulação do processo de votação do orçamento participativo decorrido;-----

----- 2. Que a votação seja repetida, apenas pela via presencial em secção de voto devidamente instalada e fiscalizada, no mais curto espaço de tempo possível; -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- 3. *Que a verba do orçamento participativo de 50 000 €, prevista no regulamento para a edição de 2014, seja incluída no orçamento da Câmara Municipal para 2015.” --*

----- O Sr. Vereador Dr. Miguel interveio para lembrar e assinalar que tinha decorrido um ano sobre as últimas eleições autárquicas e, por conseguinte, um ano de mandato do atual Executivo e disse que pensava que o Sr. Presidente ali fizesse uma intervenção, regozijando-se pelo primeiro ano de mandato. -----

----- De seguida, deu autorização para que, sempre que chegasse à Câmara alguma correspondência que lhe fosse dirigida, os serviços pudessem abrir as cartas e remetê-las o mais rapidamente possível para a sua morada, a fim de evitar receber a correspondência posteriormente à realização de atividades para que era convocado, como tinha acontecido recentemente. Mais autorizou que os serviços pudessem enviar essa correspondência através de e-mail, mediante digitalização. -----

----- Quis depois saber relativamente a abaixo assinado contra o encerramento do Tribunal de Mira e perguntou onde poderia assinar a petição, uma vez que gostaria de o fazer.-----

----- Também perguntou relativamente a intenção de atribuição de subsídios às associações do Concelho, já que estas estavam a passar por grandes dificuldades, pois nem sequer conheciam os critérios de atribuição das verbas. -----

----- No que respeita ao IMI, disse que as coisas não eram assim tão simples e a imagem que tinha passado era que ninguém tinha visto que as taxas estavam aumentadas, ninguém da parte do Executivo, quer os elementos em permanência, quer os restantes, ninguém tinha reparado, basicamente, ninguém tinha protestado (bastava ver os comentários de elementos do PSD no facebook), quando se tinha lavrado num lapso, porquanto, “não batia a bota com a perdigota”, uma vez que era afirmado que se estava a propor a taxa mínima mantendo a mesma taxa do ano anterior, quando, na verdade, se estava a propor a taxa máxima. Realçou que, mesmo mantendo a taxa de IMI, a receita iria subir. -----

----- Disse ainda que o Executivo tinha tido a possibilidade de, na reunião seguinte, ainda antes do assunto ter sido submetido à aprovação da Assembleia Municipal, ter sido feita uma esclarecimento sobre o assunto e ter sido tomada uma deliberação no sentido de ser definida a taxa mínima de IMI, evitando-se, dessa forma, que ficasse o



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Executivo na posição de que o IMI tinha sido fixado pelo Órgão Deliberativo, contra a vontade expressa pelo Executivo, através do voto. Disse também que o lapso, deveria ser assumido como um aviso, para aquilo que deveria ser a ponderação na elaboração das propostas que eram presentes ao Executivo para aprovação. Afirmou também que, por vezes, o Executivo falhava porque a oposição também falhava na crítica e no escrutínio público mais eficaz e fez uma referência à posição assumida pelo Sr. Vereador do MAR que, no fundo, ao optar pela abstenção, acabava por estar a apoiar a proposta, pois não votava contra. Mais disse que o Sr. Vereador do MAR, relativamente a si, tinha a vantagem de dizer as coisas de forma mais “polida”, enquanto ele era mais “bruto” na forma como se expressava.-----

----- Continuou e disse que a questão do IMI levava a concluir que, quando não se detinha uma maioria estável, tinha que haver mais cuidado na preparação das propostas e tinha sido notório que a maioria no poder tinha deixado as costas quentes ao Executivo para, de uma forma menos preparada, propor aquelas taxas de IMI, de forma sorrateira.-----

----- Falou, a seguir, sobre o ano de mandato que tinha decorrido e disse que para si era claro e patente o peso político que o Sr. Presidente da Câmara tinha conseguido junto do Governo, sendo também claro que as pessoas queriam uma mudança, para darem valor às coisas.-----

----- Referiu-se ao facto de ter sido assumida claramente a necessidade de uma chefia para os trabalhadores do Armazém, afetando o Eng^o. Manuel Cruz a esses serviços, assim como o assumir da necessidade de uma validação externa da Contabilidade, através da contratação do ROC, bem como o recurso a contratações de serviços pontuais para apoio em áreas chave, o que merecia a sua concordância, pois nem sempre os técnicos da Autarquia eram suficientes para dar resposta e essa era uma opção gestonária do Executivo.-----

----- Prosseguindo, o Sr. Vereador reportou-se à entrevista dada pelo Sr. Presidente da Câmara ao “*Diário de Coimbra*” em que tinha referido a mudança das Festas de S. Tomé, quando as festas não tinham mudado, mantinham-se no mesmo sítio, apenas tinha sido feita uma simples operação de cosmética relativa ao não encerramento da avenida ao tráfego.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Perguntou, mais uma vez, relativamente ao cumprimento dos prazos de execução da empreitada da obra de saneamento no Casal S. Tomé e chamou a atenção para o facto de não ter sido aprovada na reunião de Câmara a prorrogação do prazo, bem como a mudança de empreiteiro.-----

----- Também chamou a atenção para a obra de execução da estrada no Casal, uma vez que tinha sido afirmado que não fazia parte da empreitada, porquanto quis saber com base em que concurso é que a obra estava a ser executada. -----

----- Deu os parabéns pela execução da obra de prolongamento da marginal da Praia de Mira, mas criticou algumas afirmações ali feitas relativamente ao perfil da estrada, taludes, utilização de área destinada a hotel, etc., que apelidou de “trapalhada jurídica” e disse que, se o PS tivesse tido a mesma atitude que o PSD tinha tido outrora, ao tempo em que o líder político era o Dr. Raul de Almeida, o assunto tinha chegado ao Ministério Público, como tinha acontecido com outros casos que ainda decorriam em Tribunal presentemente, todavia o PS tinha optado por não o fazer e a marginal estava a ser feita. -----

----- Realçou, como aspeto positivo, o facto de se ter conseguido a candidatura em *overbooking* e reportou-se a uma reunião (a 4ª. do atual mandato) em que tinha estado presente a Drª. Cristina Morais, na qual tinha sido afirmado que a candidatura para obras na Escola Básica não reunia condições de elegibilidade, por ser inferior a 250.000,00 €, quando, na verdade, se tinha avançado com as obras no valor de cerca de cento e vinte e cinco mil euros, afinal era possível avançar com obras pequenas e afinal, não tinha sido o “malandro” do Miguel Grego, Vereador da Educação que tinha feito a obra do telhado, retirando 80.000.00 € e abatendo a verba abaixo dos duzentos e cinquenta mil euros e, como tal, a obra não podia ser financiada quando, afinal, agora a obra tinha avançado pelo mesmo montante e assim caía por terra o que constava na mencionada ata, porquanto tinha sido dito que não se podia avançar com a empreitada, por não cumprir os limites mínimos para haver financiamento do QREN e agora tinha avançado exatamente pelos mesmos montantes. Mais disse que daria os parabéns públicos ao Sr. Presidente quando as obras fossem aprovadas. -----

----- Falou também sobre a execução da obra de requalificação da Avenida 25 de abril e disse que se tinha perdido a oportunidade de fazer uma intervenção mais profunda



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

no centro da vila, pese embora aquela pudesse ser apenas uma primeira fase, não sendo despiciendo o facto de ter sido assumido que a obra iria resolver o problema da Casa do Povo, uma questão de um privado, portanto. -----

----- Referiu-se ainda à execução de um parque infantil em terreno de loteamento particular nos Carapelhos, defendendo a existência de um protocolo para execução de obra pública em terreno privado. -----

----- Leventou a questão da eventual desatualização do DEE e da necessidade urgente da sua revisão, porquanto iriam ser abertos os concursos para águas e saneamento e sem o documento aprovado a Câmara Municipal estaria impedida de concorrer, por issourgia tomar medidas céleres para efetuar a sua atualização, de acordo com o PEAASAR II, no sentido de que o Município ficasse habilitado a apresentar candidatura no âmbito do POVT. Mais alertou para as notícias vindas a público, nomeadamente para os municípios que tinham as tarifas de água mais baixas.

----- A terminar, o Sr. Vereador perguntou se o Município de Mira iria contribuir para o Fundo de Solidariedade Municipal, ou se, por outro lado, iria receber do FAM – Fundo de Apoio Municipal. Disse que gostaria que lhe fosse dada essa informação, pois achava que era muito mau ter que se contribuir, porque alguns que tinham optado por não fazer obras e, também por isso, tinham perdido eleições por ter feito uma gestão equilibrada, agora teriam que contribuir para aqueles que, com intuito eleitoral, tinham feito obras e agora os outros é que tinham que contribuir. Para si, aquilo era o desvario da política, quem tinha contribuído devia ser compensado e não penalizado, contribuindo para aqueles que não tinham cumprido e que agora recebiam a solidariedade dos outros e, contra isso, sentia-se revoltado. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara, relativamente à questão da Justiça, disse que, uma vez que não estava em funcionamento a plataforma “Citius”, não era possível ainda fazer uma avaliação da atividade da Secção de Proximidade. -----

----- No que respeitava ao orçamento participativo, esclareceu que era intenção do Executivo incluir o projeto vencedor no orçamento da Câmara Municipal para 2015 e executá-lo durante esse mesmo ano, isto é, no ano de 2015 iria ser elaborado o projeto do Centro de Solidariedade da Lentisqueira e a execução da obra seria também apoiada pela Câmara Municipal, dentro das suas possibilidades. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- No que tocava à proposta apresentada pelo Sr. Vereador Dr. Garrucho, disse que não era viável a sua apreciação na presente reunião, uma vez que não constava da respetiva agenda e que seria agendada para uma outra reunião. Mais informou que a Comissão de Análise Técnica das Propostas iria reunir na próxima semana e ser-lhe-ia apresentado o citado requerimento e era seu entendimento que fossem ouvidos os concorrentes para efeitos de exercício do contraditório e, posteriormente, a Comissão elaboraria um relatório que seria depois apreciado pela Câmara Municipal e cujo conteúdo fundamentaria a deliberação a tomar. Afirmou que, em termos informáticos, tinha a garantia dos responsáveis dos serviços de que o sistema tinha sido bem feito, pese embora todos reconhecessem de que não era 100% fiável, como todos os sistemas informáticos que eram passíveis de violação e se alguém o tinha violado, a culpa não podia ser atribuída ao Executivo. -----

----- Quanto à intervenção do Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, a propósito do IMI, disse que apenas não tinha gostado que tivesse usado a expressão “de forma sorrateira”. Disse que tinha reconhecido, na sessão da Assembleia Municipal, que tinha havido um lapso e que daí decorria um aumento brutal do imposto e que, podiam todos acreditar, que se tivesse a consciência na reunião de Câmara do que estava a acontecer, como mais tarde tinha vindo a ter, aquando da submissão do assunto à Assembleia Municipal, tinha assumido o erro, tal qual tinha assumido na Assembleia Municipal, teria até sido mais benéfico para si, em termos políticos, que o assunto não se tivesse arrastado até à Assembleia. -----

----- Sobre a mudança das festas de S. Tomé, disse que se reportava não à mudança do local, mas antes na recuperação da atitude, do orgulho dos munícipes na realização das mesmas e, no corrente ano isso tinha sido conseguido, pelo menos em parte. -----

----- Relativamente à questão da empreitada de saneamento do Casal S. Tomé, esclareceu que a empresa apenas tinha mudado de designação, de “Manuel Vieira Bacalhau” para “Biltec”, mantendo o mesmo número de contribuinte. Quanto à empresa “Paviazeméis”, disse que se tratava de um sub-empregado. -----

----- No que respeitava às obras na Escola, disse que as regras de candidaturas aos fundos comunitários tinham mudado e que iria ser apresentada uma candidatura de



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

cento e poucos mil euros, o que não era possível anteriormente, em que apenas eram candidatáveis obras acima de duzentos e cinquenta mil euros. Quanto à assinatura dos contratos em *overbooking*, disse que apenas se aguardava o fecho de algumas situações relativas ao POCentro, como era o caso dos relatórios finais, após o que seria possível a assinatura dos referidos contratos. -----

----- No que dizia respeito à obra do centro da vila, confirmou que a mesma iria ser feita em várias fases. -----

----- Sobre o assunto das águas e saneamento, informou que, naquele mesmo dia, iria ter uma reunião com o Sr. Ministro do Ambiente e que estava também a ser ultimado um estudo que seria ali apresentado em conjunto com o orçamento para o próximo ano, uma vez que as taxas estavam desatualizadas. Sobre o DEE, disse que, de facto, estava desatualizado, do mesmo passo que disse que existia a questão de se saber se era possível a apresentação de candidaturas isoladas a fundos comunitários, na área de águas e saneamento, sendo que o próprio Ministério do Ambiente defendia que os Municípios que não tinham sustentabilidade naquela área não o poderiam fazer isoladamente, teria que se optar por candidaturas intermunicipais, o que, como era sabido, trazia alguns problemas, desde logo, em tudo o que dizia respeito às “Águas de Portugal - AdP”, porquanto a sua opinião era no sentido do Município de Mira se manter fora desse grupo. Sabia que alguns municípios vizinhos estavam a fazer regulamentos e atualização de taxas e que alguns não estavam a obter a aprovação do ERSAR, pois esta entidade estava a ser muito exigente e entendia que as taxas de água e saneamento era um dos princípios para a estabilidade financeira dos municípios e para a igualdade entre os mesmos. -----

----- Relativamente ao contributo para o Fundo de Apoio Municipal, disse que o Município iria contribuir com cerca de quinhentos mil euros, os quais seriam já inscritos no próximo orçamento de 2015 e afirmou que subscrevia na íntegra o que tinha sido dito pelo Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, todavia, todos sabiam que naquelas coisas funcionava o princípio da solidariedade, embora achasse injusto que os Municípios que detinham sustentabilidade financeira tivessem que contribuir, no caso de Mira, com cerca de setenta mil euros, durante sete anos .-----



MUNICÍPIO DE MIRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- O Sr. Vereador Nelson Maltez, a propósito do arranque do ano escolar, disse que em Mira não tinha sido diferente das restantes escolas do país, alguns dos problemas relacionados com o concurso e colocação de professores eram normais em início de atividades escolares. Daquilo que lhe tinha sido comunicado pela direção do Agrupamento de Escolas, podia informar que os problemas tinham sido supridos pela própria escola até serem definitivamente resolvidos, pelo que, naquele momento, apesar das dificuldades, havia alguma normalidade nas escolas do concelho. -----

----- Quanto à execução do prolongamento da avenida marginal na Praia de Mira, disse que o Plano de Urbanização da Praia de Mira previa um determinado perfil para aquela estrada e o que tinha sido negociado com a empresa proprietária dos terrenos destinados a hotel, tinha ido muito além desse perfil, o que iria permitir a execução de uma ciclovia, espaços verdes, etc.. Explicou que tinha havido um elemento facilitador da negociação entre a Câmara Municipal e a empresa proprietária dos terrenos, tratava-se de um arquiteto que trabalhava em diversas câmaras do País, que tinha sido contratado como consultor daquela empresa, que tinha acabado por ser um elemento facilitador da negociação e no decorrer desta, tinha sido acordado o perfil da estrada; que, tinha havido um pequeno problema na definição desse perfil, porquanto os serviços ao elaborarem o desenho para a proposta de expropriação, tinham incluído os taludes como zona a expropriar, o que se iria refletir na capacidade construtiva para a empresa proprietária que, obviamente, tinha os seus direitos adquiridos. Por outro lado, o facto do talude da estrada integrar o domínio privado, à Câmara Municipal não afetava nada, apenas a correção que tinha sido feita tinha sido no sentido de não prejudicar o privado e, ao mesmo tempo, corresponder à negociação que efetivamente tinha sido feita. -----

----- Relativamente ao saneamento do Casal S. Tomé, o que se passava era que, daquilo que lhe parecia, a empresa “Manuel Vieira Bacalhau”, ou “Biltec”, como agora era designada, não teria capacidade técnica para efetuar o troço da obra que faltava executar, por isso tinha sub-contratado à “Paviageméis”. Disse que, a certa altura tinha tido a sensação que a empresa pretendia denunciar o contrato, por se tratar da parte mais cara da empreitada e porque já tinham recebido a maior parte do valor do contrato, daí que, faltando já tão pouco, por uma questão de cautela, entendia-se que



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

o melhor era tentar que a obra fosse concluída e o saneamento entrasse em funcionamento ou então a Câmara Municipal poderia sempre recorrer à via jurídica, o que iria levar a um arrastamento do processo em tribunal, por vários anos, situação que a Câmara Municipal pretendia evitar. Admitiu que o processo pudesse ter sido conduzido com alguns erros, mas tudo era feito de boa-fé e no sentido de salvaguardar a possibilidade da obra ficar concluída dentro de um breve espaço de tempo.-----

----- Interveio, de seguida, o Sr. Vereador Dr. João Reigota que se reportou à questão do orçamento participativo e disse que aquele assunto deveria ser aproveitado e, de forma salutar, ser desenvolvido, ao invés de estar a levantar tantas questões e não tinha entendido muito bem os esclarecimentos dados, porquanto existia um projeto para Centro de Dia na Lentisqueira, que iria ser incluído no orçamento municipal de 2015 e, na sua opinião, a Câmara Municipal poderia ter assumido o projeto de outra forma e, pelo que tinha percebido, não estava assegurado qualquer apoio, qualquer canal aberto para o financiamento da obra. Solicitou mais esclarecimentos sobre o assunto e disse que, caso não houvesse nada mais a dizer, dar-se-ia por satisfeito, porque já tinha entendido e começaria a mudar a sua opinião sobre o orçamento participativo e a forma como o mesmo se tinha processado. -----

----- Relativamente às festas de S. Tomé, disse que não tinha gostado muito de ouvir o Sr. Presidente da Câmara a falar na questão do orgulho, dado que os Mirenses, ao longo de, pelo menos, nove séculos, que durava o S. Tomé, sempre tinham tido orgulho nas suas festas, mesmo em tempos de crise ou de conjuntura menos boa e a questão da mudança de lugar era uma falsa questão porque as festas sempre tinham sido realizadas no centro da vila, à exceção do tempo em que tinham sido realizadas na Escola Secundária, aí sim, tinha havido uma mudança grande.-----

----- Disse que não queria alargar a sua intervenção, apesar de muito ainda haver para dizer, no entanto o período de “antes da ordem do dia” quase se estava a tornar num fórum e, por isso, dava até os parabéns ao Sr. Presidente por permitir que houvesse desenvolvimento das temáticas ali apresentadas. -----

----- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, aludindo à questão do IMI, disse que acreditava piamente que o Sr. Presidente não estivesse consciente do lapso, mas após o debate



MUNICÍPIO DE MIRA

CÂMARA MUNICIPAL

ali gerado na reunião de Câmara e do tempo que tinha mediado, depois das dúvidas por si levantadas, poderia ter analisado melhor a situação. Afirmou também que, politicamente, tinha sido melhor o assunto ter sido resolvido na Assembleia Municipal, através do PSD, enquanto que os Vereadores do PS tinham ficado com a imagem de impreparados, incompetentes, ninguém tinha dito nada sobre o assunto e quando tinha utilizado o termo “sorrrateiramente” não tinha sido no sentido de que estaria a utilizar alguma “manobra” menos correta para o assunto passar. -----

----- Quanto ao assunto das obras na Escola, disse que não iria falar mais no assunto, mas aconselhou a que vissem o que tinha sido dito na reunião a seguir a ter sido afirmado que não poderia ser feita candidatura em *overbooking*. -----

----- Sobre a questão da água, quis saber se era intenção do Município integrar ou não um sistema multimunicipal, sendo que a sua leitura da postura que estava a ser assumida pelo Governo era de que seria quase obrigatório, sob pena de cortes nos fundos comunitários, o que apelidou de pura chantagem. -----

----- Opinou ainda relativamente à contribuição do Município para o FAM e disse que, da leitura que fazia, concluía que Mira era dos três melhores Municípios da CIM-BM, em termos financeiros. Mais concluiu que o ROC tinha tido alguma dificuldade para arranjar justificação para os valores negativos que tinha apresentado, tendo para isso utilizado a Incubadora, com saldo negativo. -----

----- Afirmou que não colocava em causa a boa-fé, mas lembrou que, se a empresa abandonasse a obra de saneamento, havia penalizações por incumprimento contratual, para além de que, a Câmara Municipal, se tivesse capacidade para tal, assumia os trabalhos de imediato, por interesse público e concluía a obra. -----

----- Mais disse que, se tivesse sido dito ali, logo de início, que a empresa era a mesma, apenas tinha mudado de designação social, não teriam sido feitas ali certas afirmações. Alertou também para o dilatar exagerado do tempo de execução da obra, quando tinha sido ali afirmado no início do ano que a obra iria estar concluída dentro de pouco tempo e já tinham passado cerca de 8 meses e ainda não estava acabada, prolongando-se já por cerca de sete anos, pese embora as obras estivessem em curso naquele momento. Mais disse que ao fazer crítica, tinha consciência de que estava



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

também a criticar-se a si próprio, pois aquele processo tinha sido iniciado e tinha-se arrastado durante o mandato anterior. -----

----- O Sr. Vereador Nelson respondeu que, a empreitada tinha cerca de sete anos, mas sob a sua responsabilidade, ainda não tinha decorrido um ano. Afirmou que o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego tinha tentado fazer o seu melhor e ele próprio também estava a tentar fazer o seu melhor. Relativamente à empresa, lembrou que tinha afirmado que a empresa era a mesma e o Sr. Vereador Dr. Miguel tinha dito que não, que tinha que ter outro número de contribuinte, sugeriu que o Sr. Vereador fizesse um esforço de memória para se lembrar das suas afirmações. O facto é que não tinha, a empresa tinha mudado apenas de nome e a outra empresa, a “Paviazeméis” era uma empresa sub-contratada pela empresa adjudicatária da obra. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra e disse que, de facto a obra de saneamento tinha já cerca de sete anos e dizer agora que se podia ter levado o empreiteiro para Tribunal e ser invocado o interesse público para a Câmara Municipal tomar posse da obra e concluí-la, também já poderia ter sido feito anteriormente, mas o Sr. Vereador Dr. Miguel, pela vasta experiência a nível autárquico que tinha, bem sabia que não era assim tão fácil, caso contrário, o processo não se tinha arrastado durante tantos anos. -----

----- Relativamente à questão da água, reafirmou que a Câmara Municipal não tinha qualquer intenção de se associar às “Águas de Portugal - AdP”.-----

----- O Sr. Vereador Dr. Garrucho, a propósito do problema das águas, disse que as intenções eram boas, o aspeto da economia de escala e a conglumeração de municípios era importante, razão porque a pressão para aderir a sistemas nacionais de abastecimento de água era enorme. Todavia, essa política do Governo não era nada inocente em matérias essenciais e os cidadãos e as forças políticas tinham que estar muito atentas a isso, porque a perda de controle dos bens essenciais, entre os quais a água, significava que o interesse financeiro se iria apropriar dessa riqueza, dessa necessidade que os cidadãos tinham e iria confiscar esse património. A tendência, nessas circunstâncias, era de que os interesses económicos se sobrepujassem aos interesses das populações e se não houvesse cautelas no sentido de que a água continuasse a estar sob o controle dos municípios, perder-se-ia um



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

bem essencial que teria que passar a ser pago não pelo seu custo real, mas pelos interesses do lucro de quem vier a ficar com a sua exploração. Disse que esta era uma questão fraturante da política porque o interesse dos grandes grupos económicos e financeiros era de, rapidamente, retirarem estas coisas que em termos de jargão económico se chamava de “varejo”, ou seja, os grandes negócios não passavam por se montar grandes negócios, mas antes por arranjar uma maneira de ir cobrando, “pinga a pinga”, tudo o que for possível. Assim de passava com o caso das auto-estradas, o saneamento, a água, o gás, etc., o que interessava era o “pinga-pinga”, não produzia postos de trabalho, não produzia riqueza, mas aumentava o poder financeiro desses grandes grupos e a água era um bem muito desejado atualmente e por isso, havia uma grande pressão sobre os municípios, sobretudo os mais pequenos, para cederem à tentação de se livrarem de um problema, não ficando mais responsáveis pela taxaço e esse incómodo passava para uma entidade terceira. Todavia, tinha que haver a consciência que o municipalismo, na sua essência, era verdadeiramente um condomínio dos cidadãos e a Câmara Municipal de Mira era o condomínio dos cidadãos de Mira e essa resposta política a esse desejo social dos Mirenses tinha que ser assumida e tinha que se lutar ferreamente pela água, pelo saneamento, pelo ambiente, pelas vias de comunicação, pelos acessos às redes de comunicação como a internet, etc. Tudo isso era absolutamente essencial, pois ninguém se viria instalar em Mira se não existissem excelentes vias de comunicação, ninguém instalaria uma empresa no concelho se não tivesse acesso à Net, não haveria turismo, nem desenvolvimento de não fosse controlada a água e o ambiente, portanto, aquelas eram questões essenciais. Defendeu até que fossem promovidos fóruns onde pudessem ser ouvidos os técnicos e onde pudesse ganhar-se mais consciência de tudo aquilo, aqueles não eram meros assuntos de circunstância e os próximos orçamentos deveriam contemplar aquelas prioridades, na defesa dos interesses dos Mirenses e da sua qualidade de vida e da potencialidade de desenvolvimento. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara, ainda relativamente ao orçamento participativo, explicou que havia candidaturas para vários projetos e o projeto vencedor seria inscrito em rubrica no orçamento do próximo ano. A candidatura da Lentisqueira dizia respeito



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ao projeto (de arquitetura, gás, especialidades, etc.) para execução da obra, não à obra em si, pois esta ultrapassaria em muito a verba definida para o orçamento participativo. O referido projeto, teria custos para a associação, pelo que, sendo o mesmo incluído no orçamento municipal, seria o Município a suportar essa despesa. Posteriormente, seguir-se-ia a execução do projeto, a elaboração de candidaturas e nessa parte, obviamente que o Município estaria também disponível para colaborar, tal como tinha estado disponível para ajudar a Associação de Carapelhos, aquando da construção do lar, em que o Executivo da altura também tinha apoiado. Na situação em concreto, era intenção do Executivo que os projetos fossem executados pelos serviços da Câmara Municipal, pese embora algumas das especialidades tivessem que ser executadas mediante recurso a entidades externas. -----

----- **DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA** -----

----- **REGULAMENTO INTERNO DE PREVENÇÃO E CONTROLO CONSUMO DE ÁLCOOL NOS LOCAIS DE TRABALHO** -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 282/2014**, do Sr. Presidente da Câmara, de 03 de outubro corrente, no sentido da aprovação, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, no artigo 75.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho (LGTFP) e no uso da competência conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º e na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Regulamento interno de prevenção e controlo do consumo de álcool nos locais de trabalho do Município de Mira, o qual se encontra anexo à presente ata e dela fica a fazer parte integrante. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara agradeceu os contributos dados pelo Sr. Vereador Dr. José Garrucho para a melhoria do referido regulamento. -----

----- O Sr. Vereador Dr. Garrucho disse que o Sr. Presidente não tinha que lhe agradecer os contributos dados, tinha tido o maior gosto em colaborar na elaboração do documento. -----

----- Afirmou que a não existência daquele regulamento em qualquer instituição era, por si só, um problema grave, mais ainda numa instituição onde eram desenvolvidas atividades profissionais que envolviam algum risco físico e onde as condições mentais,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

a consciência de cada um dos funcionários deviam estar completamente disponíveis para se salvaguardarem e também salvaguardarem as pessoas e bens que podiam estar em causa por via das suas atividades operacionais. -----

----- Disse que existia uma cultura muito permissiva relativamente ao álcool, sabia-se muito pouco degustar as bebidas alcoólicas, mas bebia-se em grande quantidade e havia uma quantidade enorme de perturbações mentais resultantes de um consumo excessivo e prolongado no tempo e a Câmara Municipal devia estar totalmente isenta daquelas dificuldades e aquele regulamento tornava-se absolutamente essencial. A iniciativa de elaboração do regulamento e a sua apresentação ao Executivo para votação e aprovação era, em si mesma, uma intenção de promoção da saúde. -----

----- Sobre o conteúdo do regulamento, disse que aquela era uma das formas possíveis, poderia ter sido feito de outra forma, mas o mesmo tinha uma enorme vantagem, iria permitir consciencializar as pessoas para os seus efeitos práticos e iria também permitir ganhar um histórico na funcionalidade do pessoal afeto ao Município, contudo o próprio regulamento levantava um grande desafio ao Município, que era não apenas implementar o regulamento mas promover ações de sensibilização de uma forma muito intensa, emocionalmente muito pontuada, para que as pessoas tivessem uma clara consciência de qual era o seu alcance, se prevericassem no consumo em termos de serviço, quais seriam as consequências em termos disciplinares, mas sobretudo qual era a importância do não consumo do álcool em condições de trabalho. -----

----- Finalizou, afirmando que aquela era uma grande lacuna que existia e reiterou que tinha tido o maior gosto em colaborar na sua elaboração.-----

----- A Dr^a. Carmen Santos, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira explicou que o regulamento em apreço, aparentemente, era muito pequeno, mas que teria muito impacto para os trabalhadores e seria necessária alguma assertividade e bom-senso na sua aplicação e, apesar de ser considerado por alguns como muito “suave”, como era a primeira vez que iria ser implementado, procurar-se-ia agir de forma pedagógica, na tentativa de obter bons resultados. -----

----- Disse que estava prevista a realização de testes voluntários de alcoolémia, para além dos obrigatórios e destacou também as consequências previstas para situações



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

de incumprimento, privilegiando-se, numa 1ª. fase, a reabilitação do trabalhador, em vez da penalização disciplinar, numa tentativa de levar o trabalhador a mudar de hábitos. -----

----- PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE MIRA E A AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, IP – RATIFICAÇÃO -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 283/2014**, do Sr. Presidente da Câmara, de 03 de outubro corrente, no sentido da ratificação, ao abrigo do disposto no n.º 3, do art.º 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da celebração de protocolo de colaboração entre o Município de Mira e a Agência para a Modernização Administrativa, I.P., o qual tem por objeto a instalação de estruturas de prestação de serviços de atendimento digital assistido aos cidadãos e às empresas, no concelho de Mira, designadas “Espaços do Cidadão”. -----

----- O referido protocolo encontra-se anexo à presente ata e dela fica a fazer parte integrante. -----

----- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego quis saber se se tratava de um espaço do cidadão ou uma loja de cidadão de 2ª. geração. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara respondeu que esperava que se tratasse de um bom serviço a prestar aos cidadãos e que se tratava de um espaço de cidadão de 3ª. geração. -----

----- O Sr. Vereador Dr. Miguel disse que era importante esclarecer que grande parte daqueles serviços que iriam ser disponibilizados no espaço do cidadão, já poderiam ser tratados pelas pessoas, em casa, através da utilização de um computador. A diferença, era que, naquele espaço, iria estar uma pessoa que poderia prestar auxílio, em caso de dificuldade do munícipe. -----

----- Mostrou também interesse em saber quais os montantes que seriam cobrados e como seriam cobrados, porquanto grande parte seria certamente através de multibanco, pelo que a taxa de transação seria imputada ao Município e essas taxas não eram propriamente baixas. De resto, disse que achava uma boa iniciativa, especialmente o facto do atual Governo ter mudado a filosofia, mas achava uma péssima iniciativa ter deixado cair as antigas lojas, porquanto havia serviços que não ficavam disponíveis nos espaços de cidadão. Mais disse que era importante que tudo



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

aquilo não significasse que alguns dos serviços passassem a não existir fisicamente, pelo facto de passarem a existir naquele balcão. -----

----- O Sr. Vereador Dr. Garrucho realçou como positivo o facto de se estar a privilegiar a proximidade com os cidadãos e que era visível a intenção de redução de custos para a Administração Central e a transferência de competências para os Municípios, o que, do ponto de vista prático, não havia nenhum mal por isso, a modernidade e a celeridade nos procedimentos eram coisas boas, mas era também preciso ter a consciência de que tudo aquilo resultava do “emagrecimento” do Estado, mediante a transferência para o Poder Local, que passaria a tratar de muita da logística que competia ao Estado e seria importante que no acerto de contas entre as competências dos Municípios e as do Poder Central, aquilo fosse tido em conta, não bastava transferir competências, tinham também que ser exigidas as contrapartidas.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara elucidou que aquele serviço seria mais direccionado para aqueles que não dominavam as novas tecnologias, designadamente a população mais idosa e com menos formação na área de informática. -----

----- Mais disse que espaço de cidadão que estava previsto não invalidava a existência de uma loja de cidadão, uma coisa não era impeditiva da outra. -----

----- TOMADA DE CONHECIMENTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO ABRIGO DO PARECER GENÉRICO-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento da **proposta nº. 284/2014**, do Sr. Presidente da Câmara, de 03 de outubro de 2014, contendo a listagem da adjudicação da prestação de serviços decorridos nos meses de maio, junho, julho, agosto e setembro de 2014, ao abrigo do parecer genérico, a qual se encontra anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante.-----

----- APROVAÇÃO DOS ITINERÁRIOS, HORÁRIOS E CONDIÇÕES DE ACESSO AO TRANSPORTE SOLIDÁRIO MUNICIPAL – GIRA EM MIRA-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta nº. 285/2014**, do Sr. Presidente da Câmara, de 06 de outubro de 2014, no sentido da aprovação das Condições de Acesso ao Transporte Solidário Municipal, “**GIRA EM MIRA**”, respetivos itinerários e horários, constantes do Anexo I à referida proposta, nos



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

termos do disposto na alínea ee), do nº. 1, do artº. 33º. do Anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara disse que se tratava de uma nova resposta à comunidade e consistia no apoio, sobretudo aos mais idosos, residentes nas aldeias do Concelho, proporcionando-lhes o transporte gratuito nas deslocações mais necessárias, como idas ao Centro de Saúde, serviços públicos administrativos, etc., ao mesmo tempo que seria conferida uma nova dinâmica ao centro da Vila.-----

----- O Sr. Vereador Dr. José Garrucho elogiou a proposta de transporte solidário, tanto mais que o Concelho de Mira estava muito mal servido de transportes públicos e esta era também uma possibilidade de dar maior utilização às viaturas de transporte de pessoas que, praticamente se resumiam a transportes escolares e serviço às coletividades, aos fins de semana. Opinou que, no período das férias escolares, o horários dos transportes fosse mais alargado, pois poderia ficar ao dispor também dos próprios estudantes que desejassem deslocar-se a Mira para, por exemplo, utilizarem as bibliotecas, quer a municipal, quer as escolares, que funcionavam também em períodos de férias, o que iria criar uma interessante dinâmica social. Igualmente, no período de verão, poderia ser dada a possibilidade de utilização desse transporte para deslocações à Praia de Mira.-----

----- DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

----- EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO FRENTE MAR – 3ª. FASE – DESVIO DE TRÂNSITO--

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta nº. 286/2014**, do Sr. Presidente da Câmara, de 03 de outubro de 2014, no sentido da aprovação dos desvios de trânsito na Praia de Mira, necessários para execução da empreitada de “Requalificação Frente Mar – 3ª. fase” , de acordo com os esquemas anexos à referida proposta, os quais decorrerão em 3 fases, a saber: -----

----- **1.ª Fase** – Trânsito condicionado na Av. Arrais Batista Cera (ponta sul)-----

----- Início – 13/10/2014 -----

----- Duração – 15 dias -----

----- **2.ª Fase** – Interrupção da Av. Arrais Batista Cera (Ponta sul)-----

----- Início – 27/10/2014 -----

----- Duração – 15 Dias-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- **3.ª Fase** – Interrupção Parcial da Rua do Campo de Futebol -----

----- Início – (está dependente do cumprimento dos prazos da 1.ª e 2.ª Fase) -----

----- Duração – 7 dias-----

-----DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL, PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E AMBIENTE -----

----- ATRIBUIÇÃO DE TOPONÍMIA NA FREGUESIA DE MIRA – “CAMINHO DA VIA INFANTE D. PEDRO” -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta nº. 287/2014**, do Sr. Presidente da Câmara, de 03 de outubro de 2014, no sentido da atribuição definitiva do topónimo “Caminho da Via do Infante D. Pedro”, na Vila de Mira, referente ao novo arruamento que começa na Estrada do Cartau e segue paralelo à EN 234 (na localidade de Mira), nos termos do disposto na alínea ss) do nº. 1, do artº. 33º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013. de 12 de setembro.-----

----- ATRIBUIÇÃO DE TOPONÍMIA NA FREGUESIA DE MIRA – “RUA DOS GALITOS” -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta nº. 288/2014**, do Sr. Presidente da Câmara, de 23 de setembro de 2014, no sentido da atribuição definitiva do topónimo “Rua dos Galitos”, na Vila de Mira, referente ao troço do caminho que fica entre a interseção da Rua dos Galitos, com a Rua Regente Rei e que vai até ao limite do espaço urbano, nos termos do disposto na alínea ss) do nº. 1, do artº. 33º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013. de 12 de setembro. ----- .

----- PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE MIRA, ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MIRA E A EMPRESA EUROSISTRA PORTUGAL – LIMPEZA DE PAVIMENTOS E REMOÇÃO DE RESÍDUOS EM VIAS RODOVIÁRIAS MUNICIPAIS -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta nº. 289/2014**, do Sr. Presidente da Câmara, de 03 de outubro de 2014, no sentido da aprovação da minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Mira, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mira e a “Eurosistra Portugal, Lda.”, com vista à definição de um acordo de parceria, que tem como principal objetivo o serviço de restabelecimento pós acidente, nas vias e estradas municipais. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- A minuta do referido protocolo encontra-se anexa à presente ata e dele fica a fazer parte integrante. -----

----- PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE MIRA E O EXÉRCITO PORTUGUÊS – REGIMENTO DE ENGENHARIA Nº. 3, PARA LIMPEZA DO SISTEMA HÍDRICO DE MIRA - RATIFICAÇÃO -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e mediante escrutínio secreto, aprovar a **proposta nº. 290/2014**, do Sr. Presidente da Câmara, de 03 de outubro corrente, no sentido da ratificação, ao abrigo do disposto no nº. 3, do artº. 35º. do Anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, do protocolo de colaboração celebrado entre o Município de Mira e o Exército Português – Regimento de Engenharia nº. 3, para limpeza do sistema hídrico de Mira. -----

----- O referido protocolo encontra-se anexo à presente ata e dela fica a fazer parte integrante. -----

----- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego afirmou que aquela era uma competência da ARH e que, porque esta entidade não cumpria as suas obrigações, era o Município que levava a cabo as necessárias intervenções, em termos de limpezas de recursos hídricos, com vista a salvaguardar pessoas e bens. Mais disse que era também uma boa medida da parte do Exército e perguntou se existia já uma estimativa de custos.---

----- O Sr. Presidente da Câmara disse que o cálculo tinha sido feito com base num prazo de sessenta dias para execução dos trabalhos, pese embora talvez não fosse um prazo suficiente e que se estimava em cerca de trinta ou trinta e cinco mil euros, a que acrescia os custos com gasóleo e alimentação dos militares. -----

----- Mais informou que a ARH tinha disponibilizado um técnico para fazer a fiscalização da obra semanalmente. -----

----- ENCERRAMENTO: -----

----- E, não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Câmara, foi declarada encerrada a reunião, sendo 11:40 horas, tendo sido aprovada, por unanimidade, a minuta da respetiva ata, nos termos e para os efeitos do disposto no nº. 3 do artº. 57º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- E, para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Olívia da Conceição Calisto Petronilho Azenha Eulálio, na qualidade de secretária, redigi. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

(Presidente: Raul José Rei Soares de Almeida, Dr.)

(Secretária: Olívia da Conceição C.P.A. Eulálio)